

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 10\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	150\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Despacho:

Aceitando o pedido de escusa de um membro do Conselho Deliberativo de Santa Cruz.

MINISTÉRIO DE SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS:

Despacho:

Designando o Camarada Dr. Henrique Oliveira Vera Cruz para o desempenho das funções de coordenador da Direcção Regional de Saúde de Barlavento, durante a ausência do respectivo titular.

Despacho:

Designando a Camarada Alcestina de Oliveira Tolentino para desempenhar, nas ausências ou impedimentos, do respectivo titular, as funções de Director Nacional de Assuntos Sociais.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AGUAS:

Despacho:

Determinando medidas para a solução de problemas existentes entre proprietários, parceiros e rendeiros.

Despacho:

Nomeando os elementos constitutivos da Comissão de Gestão da Empresa de S. Jorge dos Órgãos.

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública.

Ministério da Defesa e Segurança Nacional:

Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos.

Repartição de Gabinete.

Direcção Nacional de Educação.

Ministério da Justiça:

Conselho Nacional de Justiça.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho

Mário Nascimento Graça, aceite, nos termos da alínea d) do artigo 8.º-4. do Decreto n.º 58/75, de 13 de Dezembro, o seu pedido de escusa de membro efectivo do Conselho Deliberativo de Santa Cruz.

Gabinete do Primeiro Ministro, 29 de Abril de 1976.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

—oço—

MINISTÉRIO DE SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

Despacho

Designo o Camarada Dr. Henrique Oliveira Vera Cruz, técnico de formação universitária em serviço na Direcção Regional de Saúde de Barlavento para desempenhar as funções de coordenador da Direcção Regional de Saúde de Barlavento, na ausência do titular, Camarada Dr. António José Cohen.

Gabinete do Ministro de Saúde e Assuntos Sociais, 28 de Abril de 1976. — O Ministro *Manuel Faustino*.

Despacho

Designo a Camarada Alcestina de Oliveira Tolentino, em serviço na Direcção Nacional de Assuntos Sociais, para desempenhar as funções de Director Nacional de Assuntos Sociais, nas ausências ou impedimentos da titular do lugar Maria Cândida Monteiro da Luz.

Gabinete do Ministro de Saúde e Assuntos Sociais, 3.º de Abril de 1976. — O Ministro, *Manuel Faustino*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ÁGUAS**Despacho**

Tendo em atenção os graves problemas existentes entre proprietários, parceiros e rendeiros especialmente nos diversos concelhos da ilha de Santiago e que merecem soluções imediatas.

Considerando que os Presidentes das Comissões Concelhias nomeados e por nomear são em geral Delegados do Governo ou responsáveis locais do P.A.I.G.C. não tendo tempo suficiente para se dedicarem totalmente aos problemas acima expostos, são criados, em cada concelho da ilha de Santiago um lugar de secretário executivo e um de dactilógrafo.

Os preenchimentos dos lugares de secretário executivo e de dactilógrafo são mediante assalariamento, desde que as pessoas indicadas para o cargo não auferam qualquer remuneração e compete à comissão concelhia de Reordenamento Agrário fazer proposta para tal.

Ministério da Agricultura e Águas, 29 de Abril de 1976 — O Ministro, *Sérgio Centeio*.

Despacho

Tendo em atenção que é preciso e com urgência dinamizar e orientar os vários problemas relacionados com as diversas Empresas Agrícolas do Estado de modo a obter melhores resultados, nomeio os indivíduos abaixo indicados para constituir a Comissão de Gestão da Empresa de S. Jorge dos Órgãos.

Técnico responsável — António Carlos Monteiro
Militante do Partido — Carlos Vaz
Representante dos trabalhadores — Armando Barreto, Apolinário Brazão e Virgílio Mendes Rodrigues.

Ministério da Agricultura e Águas, 3 de Maio de 1976. — O Ministro *Sérgio Centeio*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública**

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 30 de Abril de 1976:

Ivo Casimiro Monteiro, motorista, contratado, da central eléctrica da Administração Municipal da Brava — concedida licença sem vencimento, nos termos do art. 1.º — 1 do Decreto-Lei n.º 414, de 26 de Agosto de 1974.

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 3 de Maio:

Armindo Emanuel Almeida Gomes, filho de Maria Isabel B. Almeida Gomes, professora de posto escolar, contratada — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde Distrital de Sotaventos, emitido em 29 de Abril do ano em curso, que é do teor seguinte:

«O examinado deve seguir com urgência para o exterior a fim de ser presente a uma consulta especializada de Cirurgia plástica».

Obs. — Deve ser acompanhado por pessoa de família.

Lista de classificação dos candidatos ao concurso para motoristas da JAP, realizado no dia 25 de Fevereiro de 1976, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 20, homologado por despacho do Camarada Ministro de Transportes e Comunicações em 27 de Abril de 1976:

	Valores
1 — António João Assunção	16,075
2 — José Ferreira	16,025
3 — César Freitas Abreu	15,825
4 — Pedro Santos Jesus	15,375
5 — Tomás Joaquim Fortes	15,025
6 — Francisco Santos Jesus	14,850
7 — João Cândio Estrela	14,475
8 — Hermínio Vaz Furtado	14,275
9 — Antão João dos Reis	14,125
10 — Alcindo Florêncio Neves	14,120
11 — Viriato José Sequeira	13,875
12 — Joaquim Manuel Santos	13,870
13 — José António Pires	13,550
14 — Abílio Conceição Gomes	12,775
15 — Cristiano Monteiro da Cruz	9,325
16 — Aguinaldo Dionísio dos Santos	9,275
17 — José Tomás Gomes	9,225
18 — João Olinda Delgado	9,100
19 — Valentim Vaz Fernandes	8,825
20 — Joaquim Gomes Pereira	8,625

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, 3 de Maio de 1976. — O Director Nacional, *João de Deus Maximiano*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL**Direcção Nacional de Segurança****Departamento da Polícia Económica e Fiscal****COMUNICAÇÕES**

Comunica-se, para os devidos efeitos, que em virtude de o agente de 2.ª classe n.º 192/485, José António Lopes, da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública (Departamento da Polícia Económica Fiscal) ora chefiando o Posto de Despacho de Porto Novo, em Santo Antão, não se encontrar em condições de continuar a desempenhar as suas funções, conforme o parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento, emitido em sua sessão de 18 de Dezembro do ano findo, homologado por despacho do camarada Ministro de Saúde e dos Assuntos Sociais, de 25 de Fevereiro de 1976, in *Boletim Oficial* n.º 13/76, assumiu a chefia do referido Posto de Despacho o agente de igual categoria n.º 205/498, Cesário Semedo Costa.

Comunica-se, para os devidos efeitos, que faleceu hoje, no Hospital desta cidade, o agente de 2.ª classe da Direcção Nacional de Segurança (Departamento da Polícia Económica e Fiscal, desligado do serviço para efeitos de apresentação, Francisco Moniz.

Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública (Departamento da Polícia Económica Fiscal, na Praia, 5 de Maio de 1976. — O Chefe do Departamento, *Nelson Ferreira Santos*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Repartição de Gabinete

Despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 17 de Abril de 1976:

Homologando a proposta da alteração do artigo 11.º do Estatuto da Associação Académica da Praia e a nomeação dos Corpos Directivos, de harmonia com a decisão aprovada pela Assembleia Geral em 23 de Março de 1976:

CAPÍTULO VI

Da Organização e Administração do Clube

Art. 11.º A Administração e Organização do Clube será dirigida por:

- a) Um Conselho Desportivo — funcionando como Assembleia Geral dirigido por um Presidente e um Secretário;
- b) Um Conselho de Atletas — funcionando como uma Assembleia de Jogadores e Atletas praticantes, dirigido por um Presidente e um Secretário;
- c) Um Conselho Directivo — funcionando como órgão da Direcção-Geral do Clube composto por um Presidente e dois Secretários.

§ 1.º O Conselho Directivo do Clube, como órgão deliberativo e executivo, será constituído por:

- a) Comissão Directiva para o Desporto e Educação Física — composta por 4 directores, designados para os seguintes sectores:
 - Futebol;
 - Educação Física e Medicina Desportiva;
 - Outras Actividades Desportivas;
 - Pelouro do Atleta.
- b) Comissão Directiva para a Cultura e Informação — composta por 4 directores, designados para os seguintes sectores:
 - Secretariado Cultural;
 - Actividades Culturais;
 - Divulgação e Informação;
 - Biblioteca e Arquivo.
- c) Comissão Directiva para a Coordenação Interna e Secretaria — composta por 4 directores designados para os seguintes sectores:
 - Secretaria Geral;
 - Tesouraria;
 - Orçamento e Contabilidade;
 - Contencioso e Fiscalização.

§ 2.º O Conselho Directivo será constituído por 3 directores como representantes de cada Comissão Directiva.

§ 3.º O Conselho de Atletas terá representação permanente por atletas e funcionará como órgão consultivo para os assuntos internos do Clube a nível de jogadores e atletas praticantes.

Art. 12.º Todos os directores nomeados conforme disposição do artigo 11.º exercerão o seu cargo pelo prazo de dois anos, findos os quais proceder-se-á a nova eleição.

§ 1.º O Conselho Desportivo reunir-se-á anualmente para apreciação e fiscalização das actividades gerais do Clube.

§ 2.º O Conselho Desportivo reunir-se-á, obrigatoriamente, de 2 em 2 anos, e durante o mês de Janeiro, para a eleição de novos directores.

§ 3.º O Conselho Desportivo deverá reunir-se extraordinariamente, sempre que o Conselho de Atletas ou o mínimo de 50 sócios o julgar necessário, e sempre por intermédio do Conselho Directivo.

Lista dos Corpos Directivos nomeados em Assembleia Geral.

Conselho Desportivo:

Presidente — António Omar Lima;
Secretário — Daniel Avelino Pires.

Conselho de Atletas:

Presidente — Higinio Francisco Lopes de Pina.
Secretário — Eugénio Jorge Silva Faria Barros.

Conselho Directivo:

Presidente — Cristiano Valcorba;
Secretário — José João Carnaval Fortes Resende;
Secretário — Rolando James Wahnon.

Comissão Directiva para o Desporto e Educação Física:

Director do Sector de Futebol — José Fernandes Oliveira Antunes;
Director do Sector de Educação Física e Medicina Desportiva — José João Carnaval Fortes Resende;
Director do Sector de Outras Actividades Desportivas — Álvaro António de Oliveira Costa;
Director do Sector de Pelouro de Atleta — José Rui Vígano Antunes Correia Pinto;

Comissão Directiva para a Cultura e Informação:

Director do Sector do Secretariado Cultural — Jorga Maria C. Santos;
Director do Sector das Actividades Culturais — Cristiano Valcorba;
Director do Sector da Divulgação e Informação — Emmanuel Mário Vígano Antunes Correia Pinto;
Director do Sector de Biblioteca e Arquivo — Armando A. V. Hopffer Barreto.

Comissão Directiva para a Coordenação Interna e Secretariado:

Director do Sector de Secretaria Geral — Henrique Hilariano Rodrigues Pires;
Director do Sector de Tesouraria — Rolando James Wahnon;
Director do Sector de Orçamento e Contabilidade — Jorge Alberto Delgado;
Director do Sector de Contencioso e Fiscalização — Filinto Fonseca Resende Costa.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, 6 de Maio de 1976. — O Chefe de Gabinete, *Júlio Nascimento Teixeira*.

Direcção Nacional de Educação

Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo

Despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 27 de Abril de 1976:

São nomeados para o ano lectivo de 1975/76, nos termos das alíneas a) e g) dos artigos 4.º e 5.º do Decreto n.º 44 240, de 17 de Março de 1962, conjugado com os artigos 19.º, 24.º, 25.º e 28.º do Diploma Legislativo n.º 1 717, de 11 de Julho de 1970, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço público, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, conjugado com o artigo 2.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960, os seguintes professores para a Escola do Magistério Primário da Praia:

Dr. Francisco Fragoso — professor de psicologia, com efeitos a partir de 6 de Janeiro de 1976.

Pedro Alexandrino Monteiro — professor de iniciação à agricultura.

Despachos do camarada Ministro das Finanças:

De 21 de Agosto de 1975:

Maria de Fátima Nobre Teixeira de Moraes, professora do quadro do ensino primário elementar — incluída na categoria correspondente à letra «M» do § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo, de acordo com o artigo 4.º do Decreto n.º 44 777, de 7 de Dezembro de 1962, nova redacção dada pelo artigo 18.º do Decreto n.º 45 235, de 7 de Setembro de 1963, e com efeitos a partir de Janeiro de 1975 até 30 de Setembro do mesmo ano, data do seu ingresso no quadro de adidos.

De 23 de Abril de 1976:

Maria Amélia Ramos St'Aubyn, professora do quadro do ensino primário elementar — incluída na categoria correspondente à letra «M» do § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo, de acordo com o artigo 4.º do Decreto n.º 44 777, de 7 de Dezembro de 1962, nova redacção dada pelo artigo 18.º do Decreto n.º 45 235, de 7 de Setembro de 1963, e com efeito a partir de Outubro de 1974.

Despacho do camarada Director Nacional de Educação:

De 14 de Abril de 1976:

Concelho de S. Vicente:

António Jorge Santos Tolentino e Dinorah Celeste Almeida Tavares, professores de posto escolar, de serviço eventual, colocados respectivamente nos Postos Escolares n.ºs 99-B de Fonte Filipe e 50-B de Chã de Cemitério — autorizados a permutar.

Concelho da Ribeira Grande:

Maria de Lourdes Neves e Militina Isabel Monteiro, professoras de posto escolar, de serviço eventual, colocadas respectivamente nos Postos Escolares n.ºs 118-B de Boca de Coruja e 54-B de Chã de Pedras — autorizadas a permutar.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que faleceu no Hospital de S. Vicente no dia 20 de Março último o monitor escolar, José Silvestre Soares, colocado no Posto Escolar n.º 1-B, de Monte Sossego.

Direcção Nacional de Educação — Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo, na Praia, 5 de Maio de 1976. — O Chefe do Departamento do Pessoal, *Pedro Nascimento Gomes*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conselho Nacional de Justiça

Extractos de doutos acórdãos:

Relator: Camarada Dr. Raúl Queirido Varela, Juiz-Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 54/76:

Conselho Administrativo, como responsável pelos móveis e utensílios da Sede dos Serviços das Alfândegas e da Alfândega da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1972, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 1 065 085\$77, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 55/76:

Conselho Administrativo, como responsável pelos móveis e utensílios da Sede dos Serviços das Alfândegas e da Alfândega da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 1 072 109\$07, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 56/76:

Conselho Administrativo, como responsável pelos móveis e utensílios da Sede dos Serviços das Alfândegas e da Alfândega da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 1 073 807\$07, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 57/76:

Arnaldo Barreto Monteiro, como Administrador, substituto da Imprensa Nacional de Cabo Verde, de 1 a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, sem saldo algum a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 58/76:

Arnaldo Barreto Monteiro, como Administrador, substituto da Imprensa Nacional de Cabo Verde, de 1 de Janeiro a 9 de Setembro de 1975, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, sem saldo algum a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 59/76:

Abílio Barros, como tesoureiro do Posto de Despacho da Ponta do Sol, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo 14 101\$65, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 60/76:

Alvaro Barbosa Fernandes, como recebedor de Finanças do Concelho do Tarrafal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 5 358 181\$93, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 61/76:

José António Lopes, como Chefe e Tesoureiro do Posto de Despacho do Porto Novo, de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 3 378\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 62/76:

Júlio Aurora Fernandes de Pina, como encarregado do Posto Sanitário de S. João Baptista, de 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 1 890\$19, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 63/76:

Herculano Delgado Freire, como Recebedor dos Serviços de Finanças do Concelho da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão

de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 16 019 568\$96, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 64/76:

Comissão Administrativa do Centro de Informação e Turismo, pela sua gerência, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 678\$02, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 65/76:

Mídia Gonçalves Napoleão Fernandes, como Chefe da Estação Postal da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 793 484\$76, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 66/76:

Alzira Frederico Duarte Lima, como Chefe da Estação Postal da Praia, de 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 607 358\$86, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 67/76:

Alzira Frederico Duarte Lima, como encarregada da Secção Especial de Vales, na Estação Central da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, sem saldo algum a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 68/76:

Maria do Rosário Figueiredo Alves Vieira, como encarregada da Secção Especial de Vales, na Estação Central da Praia, de 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 2 449 237\$10, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 69/76:

António Barbosa Vicente, como Chefe da Estação Radiotelegráfica Postal de S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 1 461 492\$72, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 70/76:

António Silvestre Além, como Chefe da Estação Radiotelegráfica Postal de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 55 055\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 71/76:

Dr. Ramiro Alves Figueira, como Delegado de Saúde do Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 18 057\$35, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 72/76:

António de Ascensão Ramos Vicente, como encarregado do Posto Sanitário de Chã de Igreja, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 43 115\$79, a transitar para a gerência seguinte.

Relator: Camarada Dr. Baltazar Lopes da Silva, Juiz do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 73/76:

Alvaro Barbosa Fernandes, como responsável pelos móveis e utensílios da Recebedoria de Finanças do Concelho do Tarrafal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 38 704\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 74/76:

Manuel António dos Santos, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças da Ribeira Gran-

de, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 36 402\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 75/76:

Paulo Moreno, como responsável pelos móveis e utensílios dos Serviços de Administração Civil, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 313 988\$96, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 76/76:

Comissão Administrativa, como responsável pelos móveis e utensílios da Brigada Técnica de Fomento Agrário, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 6 648 650\$87, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 77/76:

Tomás Cecília Marçal, como responsável pelos móveis e utensílios da Direcção Nacional das Obras Públicas, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 4 176 354\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 78/76:

Maria Teresa Rodrigues Baptista Duarte, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Rádio-Postal do Maio, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 50 287\$35, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 79/76:

António Silvestre Além, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal de S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 371 820\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 80/76:

Celso Ramos Celestino, como responsável pelos móveis e utensílios da Caixa de Crédito de Cabo Verde de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 211 842\$90, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 81/76:

João Marques Serra, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegação Marítima de Sotavento — Residência do Patrão-mór, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 17 540\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 82/76:

João Marques Serra, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegação Marítima de Sotavento — Residência do Delegado Marítimo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 23 000\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 83/76:

Pedro Manuel Delgado, como responsável pelos móveis e utensílios da Escola Preparatória do Mindelo, S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 59 051\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 84/76:

Olavo do Rosário Machado, como responsável pelos móveis e utensílios da Recebedoria de Finanças do Concelho da Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 13 022\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 85/76:

Pedro Ceriaco Rocha Nascimento, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Telégrafo Postal do Paúl,

de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 28 573\$55, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 86/76:

Caetano Ressureição Lobo, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegação Aduaneira de S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 26 865\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 87/76:

Caetano Ressureição Lobo, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegação Aduaneira de S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 26 865\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Relator: Camarada Dr. António Manuel Caldeira Marques, Juiz do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 88/76:

Caixa de Crédito de Cabo Verde, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com a receita de 4 253 193\$70, despesa de 1 726 438\$30 e o saldo de 2 526 755\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 89/76:

Paulino Rodrigues, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do Concelho do Fogo-S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 39 037\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 90/76:

Paulino Rodrigues, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do Concelho do Fogo-S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 39 287\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 91/76:

José Santos Baptista, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário do Tarrafal de Monte Trigo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 6 213\$72, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 92/76:

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, como responsável pelos móveis e utensílios da Alfândega de Espargos, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 221 558\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 93/76:

José Coelho de Carvalho, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Rádio-Postal de S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 314 111\$13, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 94/76:

Pedro Ceriaco da Rocha Nascimento, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal do Paúl, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 28 573\$55, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 95/76:

Manuel António Fontes, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Telégrafo-Postal da vila de Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975,

julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 27 216\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 96/76:

Maria Luísa Duarte Santos Delgado, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Telégrafo Postal de Espargos, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 29 527\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 97/76:

Josefina Maria Alves, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal da Vila de Ribeira Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 135 612\$07, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 98/76:

Luís Lino Gomes, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal da Vila de Maria Fia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 31 469\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 99/76:

Afonso Cealota Pires, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 9 987\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 100/76:

Alírio Alberto Alves, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Pedra de Lume, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 11 799\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 101/76:

Victorino Lopes Estevão Rocha, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Especial de Despacho de Santa Maria, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 28 722\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 102/76:

Hilário Mendes Semedo, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do Concelho do Tarrafal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 28 834\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 103/76:

Manuel Augusto Tavares, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do Concelho do Maio de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 31 530\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 104/76:

Clarice Lopes Barbosa Amado, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Telégrafo Postal de Santa Catarina, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 15 de Abril de 1976, com o saldo de 43 752\$45, a transitar para a gerência seguinte.

Está conforme.

Secretaria do Conselho Nacional de Justiça, 30 de Abril de 1976. — O Secretário, interino, *Pedro da Luz Monteiro*.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

Cotações de câmbios em 4-5-76

BANCO DE CABO VERDE

B. D. I. de 27/4/76

N.º 21/76

Inspeção do Comércio Bancário

Notas e Moedas Estrangeiras

B.D.I. de 23/4/76

N.º 19/76

Notas		Compra	Venda
Africa do Sul ...	Rand	—\$—	—\$—
Alemanha ...	Marco	11\$36	—\$—
América 1 e 2 ...	Dólares	28\$36	—\$—
América 5 a 1000 ...	Dólares	28\$85	—\$—
Argentina ...	Peso Novo	—\$—	—\$—
Aus.ria ...	Xelim	1\$56	—\$—
Bélgica ...	Franco	\$712	—\$—
Brasil ...	Cruz Novo	—\$—	—\$—
Canadá ...	Dólar	28\$80	—\$—
Dinamarca ...	Coroa	4\$74	—\$—
Espanha ...	Peseta	\$425	—\$—
França ...	Franco	6\$16	—\$—
Holanda ...	Florim	10\$72	—\$—
Inglaterra ...	Libra	52\$42	—\$—
Itália ...	Lira	\$023	—\$—
Marrocos ...	Dirham	—\$—	—\$—
Noruega ...	Coroa	5\$23	—\$—
Suécia ...	Coroa	6\$55	—\$—
Suiça ...	Franco	11\$41	—\$—
Finlândia ...	Markka	7\$49	—\$—
Japão... ..	Iéne	\$086	—\$—
C. F. A. ...	Franco	\$10	—\$—
Venezuela... ..	Bolívar	6\$21	—\$—

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 4 de Maio de 1976.—Pelo Inspector, *Luis Alves de Andrade*.

Notas e Moedas Estrangeiras

B.D.I. de 23/4/76

N.º 19/76

Notas:		Compra	Venda
Africa do Sul ...	Rand	—\$—	—\$—
Alemanha ...	Marco	11\$42	12\$53
América 1 e 2 ...	Dólares	28\$51	31\$26
América 5 a 1000 ...	Dólares	29\$60	31\$77
Argentina ...	Peso Novo	—\$—	—\$—
Aus.ria ...	Xelim	1\$57	1\$72
Bélgica ...	Franco	\$716	\$785
Brasil ...	Cruz Novo	—\$—	—\$—
Canadá ...	Dólar	28\$95	31\$72
Dinamarca ...	Coroa	4\$77	5\$26
Espanha ...	Peseta	\$428	\$541
França ...	Franco	6\$20	6\$87
Holanda ...	Florim	10\$78	11\$77
Inglaterra ...	Libra	52\$69	58\$08
Itália ...	Lira	\$024	\$036
Marrocos ...	Dirham	—\$—	—\$—
Noruega ...	Coroa	5\$26	5\$81
Suécia ...	Coroa	6\$59	7\$28
Suiça ...	Franco	11\$47	12\$58
Finlândia ...	Markka	7\$53	8\$24
Japão... ..	Iéne	\$087	\$13
C. F. A. ...	Franco	\$11	\$15
Venezuela... ..	Bolívar	6\$25	7\$43

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 4 de Maio de 1976.—Pelo Inspector, *Luis Alves de Andrade*.

Praças	Unidades divisas	Compra	Venda
Londres ...	1 Libra	53\$82	—\$—
New York... ..	1 Dólar	29\$54	—\$—
Amsterdão ...	100 Florim	1 096\$91	—\$—
Bruxelas ...	100 Franco	75\$76	—\$—
Copenhague ...	100 Coroa	488\$42	—\$—
Estocolmo... ..	100 Coroa	670\$55	—\$—
Frankfort R. F. A. ...	100 D. Mark	1 161\$99	—\$—
Helsinquia... ..	100 Markka	765\$73	—\$—
Oslo ...	100 Coroa	537\$30	—\$—
Otava ...	1 Dólar	29\$99	—\$—
Paris ...	100 Franco	632\$13	—\$—
Pretória ...	1 Rand	33\$93	—\$—
Roma ...	100 Lira	3\$30	—\$—
Tóquio ...	100 Iéne	9\$84	—\$—
Viena ...	100 Xelim	162\$49	—\$—
Zurique ...	100 Franco	1 166\$85	—\$—
Madrid ...	100 Peseta	—\$—	—\$—
Madrid ...	100 Peseta	44\$20	—\$—
«Clearings»			
Berlim (Rep. Dem. Alemã) ...	1 Mark	—\$—	—\$—
Budapest ...	100 Forint	—\$—	—\$—
Praga... ..	100 Coroa	—\$—	—\$—

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 4 de Maio de 1976.—Pelo Inspector, *Luis Alves de Andrade*.

Cotações de câmbios em 4-5-76

B. D. I. de 27/4/76

N.º 21/76

Praças	Unidades divisas	Compra	Venda
Londres ...	1 Libra	54\$10	55\$21
New York ...	1 Dólar	29\$69	30\$22
Amsterdão ...	100 Florins	1 102\$43	1 122\$55
Bruxelas ...	100 Francos	76\$15	77\$50
Copenhague ...	100 Coroa	490\$88	499\$51
Estocolmo ...	100 Coroa	673\$92	685\$82
Frankfort R. F. A. ...	100 Deut Mark	1 167\$83	1 187\$67
Helsinquia ...	100 Markkas	769\$58	783\$24
Oslo ...	100 Coroa	540\$01	549\$72
Otava... ..	1 Dólar	30\$15	30\$68
Paris ...	100 Francos	635\$31	646\$76
Pretória ...	1 Rand	34\$11	34\$79
Roma ...	100 Liras	3\$32	3\$41
Tóquio ...	100 Iéne	9\$89	10\$09
Viena ...	100 Xelins	163\$31	166\$08
Zurique ...	100 Francos	1 172\$72	1 191\$50
Madrid ...	100 Pesetas	—\$—	—\$—
Madrid ...	100 Pesetas	44\$43	45\$29
«Clearings»:			
Berlim (Rep. Dem. A.)	1 Mark	—\$—	—\$—
Budapeste ...	100 Forint	—\$—	—\$—
Praga ...	100 Coroa	—\$—	—\$—

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 4 de Maio de 1976.—Pelo Inspector, *Luis Alves de Andrade*.

Banco Nacional Ultramarino**Sede em Lisboa — Dependência da Praia (Santiago)**

Mês de Abril de 1975

Balancete das Dependências deste Banco no Estado de Cabo Verde

Garantia de Liquidabilidade:

ACTIVO

Valores de Reserva Monetária:

Valores Afectos

à Reserva Própria do Banco 30 000 000\$00

Valores Afectos

à reserva da

Emissão de

Fundo Cambial...

... 290 182 147\$63 320 182 147\$63

Moeda Divisionário do Estado. 820 144\$95

Notas e Moedas Diversas ... 21 306 638\$21

Letras Descontadas em Carteira Comercial:

L/D sobre Praia ... 32 713 624\$90

L/D noutras Praças... 2 276 036\$10

L/D sobre outras Praças ... 344 757\$75

Ações bancárias descontadas ... —\$—

Letras a Receber de Conta Própria... 7 874 800\$00

Outras L/D em Carteira... 1 491 719\$10 44 700 937\$85

Sede — Reserva de Liquidabilidade... —\$—

Carteira de Títulos e Cupões 57 500 000\$00

Devedores Diversos, a menos de 6 meses ... 134 196 917\$72

Empréstimos e c/c Caucionados a menos de 6 meses... 57 310 707\$33

Dep. noutras Instituições de Crédito ... —\$—

Banco de Portugal — c/Reserva do Fundo Cambial... 255 620 830\$30

Correspondentes... 30 802 363\$27

Fundos Cambiais c/Emissão Monetária... 290 182 147\$63 1 212 622 834\$89

Outras Garantias:

Letras s/o Estrangeiro ... —\$—

Devedores Diversos ... 582 573\$25

Empréstimos e c/c caucionados ... —\$—

Participações Financeiras ... —\$—

Imóveis ... 925 492\$84

Mobiliário e Material ... 2 559 779\$50

Outros Valores Imobilizados ... —\$—

Outros Valores Realizáveis ... —\$—

Diversas Contas de Ordem ... 488 430 637\$03

Diversas Contas ... 744 251 857\$65

Ouro Amoeado ou em Barra ... 39 055\$54

Total ... 2 449 412 230\$70

PASSIVO**Créditos Exigíveis de Ponto:**

Notas Emitidas ... 432 520 660\$00

Notas em Caixa 32 595 030\$00

Notas para Inutilizar ... 4 291 870\$00

Notas Inutilizadas Remetidas à Sede ... 22 792 060\$00 59 678 960\$00

Notas em Circulação ... 372 841 700\$00

Depósitos à Ordem ... 127 770 662\$13

Cheques e Ordens a Pagar ... 8 915 491\$17

Credores Diversos, a menos de 6 meses ... 63 361 153\$46

Contas com o Estado ... 126 147 474\$54

Correspondentes... 906 956\$75

Exigibilidades Diversas ... 136 751\$66

Fundos Cambiais — C/Meios de Pagamento sobre o Exterior:

Ouro Amoeado

ou em Barra. —\$—

Divisas ... 290 182 147\$63 290 182 147\$63 990 262 337\$34

Outros Créditos:

Fundo Monetário da Zona do Escudo — c/ /Emp. Especiais ao F. Cambial ... —\$—

Credores Diversos ... 996 966\$62

Diversas Contas de Ordem ... 488 430 637\$03

Diversas Contas ... 969 722 289\$71

Total ... 2 449 412 230\$70

Praia (Santiago), 2 de Outubro de 1975. — O guardalivros, *Alberto Lopes Almeida*. — O gerente, *Jaime António Levy Varela*.**AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS****GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**

Direcção Nacional da Administração Interna

Secretariado Administrativo da Praia

EDITAL N.º 30/76

Alexandre Ramos de Pina, Delegado da Administração Interna do concelho da Praia.

Tendo Aniceto Ramos da Silva, casado, marceneiro, residente na Achadinha, subúrbio desta cidade, requerido a este Secretariado Administrativo a concessão do lote de terreno n.º 16, medindo 93,50 metros quadrados, sito no bairro Kwama N'Kruma, para construção de uma moradia para habitação, são convidados os indivíduos que tiverem qualquer reclamação a opor à concessão referida a fazê-la perante este Secretariado, no prazo de sete dias a contar da data da publicação deste edital no *Boletim Oficial* desta República.

A venda do terreno em questão será feita em hasta pública à porta do Secretariado no dia 18 de Maio próximo, pelas 15,30 horas.

E para constar se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares do costume.

Secretariado Administrativo da Praia, 30 de Abril de 1976. — O Delegado da Administração Interna, *Alexandre Ramos de Pina*.

(39)

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública**RECTIFICAÇÃO**

Ao anúncio de concurso para provimento de vaga de técnicos de colocação.

Para os devidos efeitos se comunica que no anúncio de concurso para o provimento interino de lugares de técnicos de colocação da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, publicado no *Boletim Oficial* n.º 13, de 27 de Março último, onde se lê «3 vagas» deve-se ler «1 vaga».

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 5 de Maio de 1976. — O Director Nacional, *João de Deus Maximiano*.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA

Direcção Nacional do Comércio

AVISO

Para os devidos efeitos se torna público que o camarada Ministro de Economia, por seu despacho de 29 de Abril de 1976, homologou, para vigorar no Concelho de S. Vicente, os seguintes preços de venda ao público de peixe:

QUILO

Bicuda	45\$00
Garopa, Esmoregal, Sérgio, Ruta, Espargo, Merato, Cherne, Enforcado, Badejo, Bonito, Salomão, Bicarocha, Goraz, Ventrelha, Corema	40\$00
Plombeta, Moreira, Pampo, Agulha	30\$00
Atum, Serra, Lobo, Agulhão de Coma	30\$00
Oiho-Largo, Chicharro, Corcovado, Fassola, Bica de Areia, Barbo, Sargo, Papagaio, Besugo, Linguado, Dobrada, Salmonete, Peixe Voador	28\$00
Cochorreta, Cavala, Budião, Carapau, Ponteiro, Fanhama, Arrenque, Tainha	25\$00

Direcção Nacional do Comércio, na Praia, 4 de Maio 1976. — Pelo Director, *Renaio Lopes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo

ANÚNCIO

1 — De harmonia com o despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, de 22 de Abril corrente, e nos termos dos artigos 240.º e seguintes do Regulamento do Ensino Primário Elementar, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1724, de 23 de Setembro de 1970, a Direcção Nacional de Educação abre concurso documental, pelo prazo de quarenta e cinco dias, a contar do dia imediato ao da publicação do presente anúncio no *Boletim Oficial* para o provimento provisório de vagas de professores do quadro do ensino primário desta República.

2 — A admissão ao concurso é solicitada ao Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, em requerimento com assinatura reconhecida por notário e instruído com os seguintes documentos:

- Certidão de narrativa completa do registo de nascimento;
- Diploma ou certidão de habilitação legal para o exercício do magistério primário;
- Declaração a que se refere o artigo 80.º do Estatuto do Funcionalismo;
- Documentos comprovativos do tempo e qualidade de serviço docente prestado ao Estado, com discriminação das localidades em que foi prestado e datas de início e termos de cada exercício, se o candidato os possuir;
- Outros documentos que possam influir na gradação.

3 — Os candidatos que houverem de ser nomeados entregarão na Direcção Nacional de Educação (S. Vicente e Praia) e no prazo de 30 dias após a comunicação em carta com aviso de recepção, mais os seguintes documentos:

- Certificado de registo criminal;
- Certificado de vacina contra a varíola;
- Certificado de vacina antitetânica;
- Declaração nos termos do § 5.º do artigo 12.º do Estatuto do Funcionalismo;
- Atestado, passado pela autoridade sanitária local, comprovativo de que possui robustez necessária para o desempenho do cargo e que não sofre de doença contagiosa, particularmente de tuberculose contagiosa ou evolutiva, nem tem deformidade ou deficiência física que prejudiquem o exercício do magistério.

Este atestado médico pode ser substituído por certificado passado por dispensário anti-tuberculoso ou por parecer de Junta de Saúde.

4 — Os requerimentos e respectiva documentação devem dar entrada na Direcção Nacional da Educação na cidade da Praia ou Mindelo dentro dos prazos estabelecidos, sem o que não serão considerados.

Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo, na Praia, 24 de Abril de 1976. — O Chefe do Departamento do Pessoal, *Pedro Nascimento Gomes*.

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Serviço Nacional de Viação

AVISO

1 — Para conhecimento do público em geral, e motoristas profissionais, em particular, se avisa que foi superiormente alargado o contingente de veículos ligeiros de aluguer de passageiros (taxis) de 36 para 40 lugares.

2 — Deste contingente de 40 lugares apuraram-se 12 vagas, sendo 6 do anterior aumento, 4 do alargamento referido e 2 do cancelamento das licenças aos proprietários que deixaram de satisfazer as condições que regulam a exploração de carros na Praça.

3 — Mediante parecer dos representantes do Serviço Nacional de Viação, do Grupo de Acção Sindical, da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública e dos motoristas profissionais, devidamente homologado pelo Camarada Ministro em 16 de Abril do corrente ano, foram indicados para ocupar as referidas vagas, os seguintes indivíduos:

- Caetano Monteiro de Macedo, Júnior.
- Daniel Zeferino Vieira dos Santos.
- Luis Mendes Cardoso.
- Valdemar Correia.
- Henrique Fernandes de Pina.
- Fernando Mendes da Costa.
- Daniel Fernandes Carvalho Silva.
- Eduardo Mateus Brito Évora.
- Firmino Tavares Fernandes.
- José Vieira Andrade.
- Sebastião José Gomes.
- Cláudio Barros Correia.

4 — Assim, cada um dos indivíduos antes referidos deverá entregar no Serviço Nacional de Viação, no prazo máximo de 8 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, um requerimento solicitando a passagem da respectiva licença para a exploração na praça desta cidade de um automóvel ligeiro no transporte de passageiros.

5 — No prazo de 60 dias, contados nos termos do número anterior, deverão os indivíduos relacionados no n.º 3, deste aviso, apresentar os veículos à inspecção da Comissão de Vistorias deste Serviço, mediante a entrega dos seguintes documentos:

- Título de registo de propriedade, em nome do interessado;
- Livrete de circulação;
- Apólice de seguro contra terceiros e passageiros ou termo de responsabilidade para cobertura dos riscos de acidente, em conformidade com as disposições conjugadas do Regulamento de Transportes em Automóveis, Decreto-Lei n.º 7-D/75 Código da Estrada;
- Carta de condução profissional.

6 — Se não for apresentado requerimento dentro do prazo referido no n.º 4, será o pedido cancelado, salvo se o interessado provar que motivo de força maior o levou a não cumpri-lo.

7 — Será igualmente cancelado o pedido se não for cumprido o prazo mencionado no n.º 5, sendo este improrrogável.

8 — As vagas que porventura resultarem do cancelamento dos pedidos, serão deferidas a favor dos condutores profissionais que constarem numa lista existente no Serviço Nacional de Viação, mediante inquérito que será realizado por um Organismo Especializado, com vista a definir os de maior insuficiência económica, de acordo com o demais critério que superiormente vier a ser definido.

9 — Mais se avisa os interessados que, no acto da vistoria, serão rigorosamente verificados a pintura, os estofo, os vidros, os órgãos de segurança (direcção, pneus, travões, embraiagens) e, numa maneira geral, o aspecto atra-

ente e funcional dos veículos, devendo, por isso, preparar-se convenientemente antes da vistoria, sob pena de não serem admitidos em serviço na praça, além da apreensão da respectiva documentação até à apresentação a uma nova vistoria, que será marcada pela Comissão referida no n.º 5.

10 — O Serviço Nacional de Viação aproveita ainda a oportunidade para avisar a todos os proprietários ou proprietários-motoristas, cujos nomes não constam da relação referida no n.º 3, deste aviso que porventura estejam a explorar os seus carros na praça, clandestinamente, de que, findo o prazo de 60 dias, estipulado no n.º 5, deverão deixar de exercer tal actividade, sob pena de multa e apreensão dos próprios veículos, pelo período não inferior a 30 dias.

11 — Todo o esclarecimento que se mostrar necessário será prestado no Serviço Nacional de Viação, dentro das horas normais de expediente.

Serviço Nacional de Viação, na Praia, 29 de Abril de 1976. — Pelo Chefe de Serviço, *Virgílio Correia e Silva*.

Junta Autónoma dos Portos de Cabo Verde

ANÚNCIO DE CONCURSO

É aberto concurso documental e prático, na cidade da Praia, entre cidadãos caboverdeanos, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente anúncio no *Boletim Oficial*, para um electricista de 2.ª classe, com o vencimento equivalente à letra «N» do mapa do Decreto-Lei n.º 26/76, publicado no *Boletim Oficial* n.º 13, de 27 de Março de 1976, devendo os candidatos apresentar, dentro do prazo estabelecido, os requerimentos, com assinatura reconhecida, dirigidos ao Director Nacional do Trabalho e da Função Pública, instruídos com a seguinte documentação:

Certidão de idade em que o candidato prove ter mais de 21 anos e menos de 35 a não ser que já seja funcionário público;

Certidão comprovativa de possuir o Curso de Montador Electricista.

Na altura do provimento, deverão apresentar mais os seguintes documentos:

Atestado médico e
Certidão de registo criminal.

São condições de preferência:

Ter sido electricista do Estado;
Documentos comprovativos da sua capacidade profissional;
Maiores habilitações;
Ter família constituída.

Na altura da entrega dos documentos, na secretaria da Delegação Portuária da Praia, deverão apresentar o Bihete de Identidade para anotação.

Junta Autónoma dos Portos de Cabo Verde, em Mindelo, 12 de Abril de 1976. — O Adjunto da Direcção, *Carlos Manuel dos Santos Machado*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTERIO DA JUSTIÇA

REGIÃO DE SOTAVENTO

Tribunal Regional de Sotavento

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito desta Região, na acção sumária n.º 14/75, que corre no 2.º Cartório, movida pelo autor Afonso Cardoso, casado, proprietário e comerciante, residente nesta cidade, são citados os réus Emídio Soares de Carvalho e mulher e Jaime Soares de Carvalho, proprietários, residentes em parte incerta de Portugal, para no prazo

de dez dias, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio contestar o pedido do autor, que consiste no pagamento do autor da quantia de 23 500\$00, solidariamente, com os restantes avalistas.

Segundo Cartório do Tribunal da Região de Sotavento, na Praia, 1 de Dezembro de 1975. — O Escrivão de Direito, por substituição, *Jorge Rodrigues Pires*.

(40)

REGIÃO DE BARLAVENTO

Tribunal Regional de Barlavento

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

No dia 18 de Maio próximo futuro do ano corrente de 1976, pelas 15 horas, no Tribunal Regional de Barlavento, nos autos de execução para pagamento de quantia certa n.º 47/74 contra os executados Adolfo Lopes Medina e esposa, pendente no Cartório Judicial da Região de Barlavento, serão postos em praça pela primeira vez para serem arrematados ao maior lance oferecido acima do valor que a seguir se indica, os prédios penhorados aos referidos executados e que são:

1.º

Prédio urbano situado em Monte Sossego, subúrbio desta cidade, construído de pedra, cal e cimento, coberto de cimento armado e telha francesa, composto de quatro dependências, loja e armazém, terraço com dois quartos cobertos de telha lusálite, cimentados, confrontando do norte com o próprio Adolfo Lopes Medina e Tereza Bernardina Neves Medina, sul, leste e oeste com rua, no valor de 120 000\$.

2.º

Prédio urbano situado em Monte Sossego, construído de pedra, cal e cimento, com dois compartimentos cobertos com telha de cimento e quatro dependências cobertas de cimento armado, confrontando do norte com o proprietário, sul, leste e oeste com rua, inscrito na matriz sob o n.º 5 370, no valor de 122 400\$.

Mindelo, 14 de Fevereiro de 1976. — O Juiz de Direito, *Adérito Pereira Brazão de Carvalho*.

O Escrivão de Direito, *Jerónimo Cardoso da Silva*.

(41)

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Juiz de Direito da Região de Barlavento, na acção com processo ordinário pendente no respectivo Cartório e movida por Francisco João Oliveira, casado, marítimo, natural da ilha de Santo Antão onde reside no sítio de Lagoa, contra a ré Maria Genoveva da Graça, doméstica, que teve a sua última residência conhecida em Bento de Chã de Pedras da ilha de Santo Antão, e actualmente ausente em parte incerta de Luxemburgo, é esta ré citada para no prazo de vinte dias, que começa a correr depois de finda a dilação de trinta dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar o pedido feito pelo autor naquela acção e que consiste em ser decretado o divórcio litigioso entre ambos.

Mindelo, 15 de Março de 1976. — O Juiz de Direito, *Adérito Pereira Brazão de Carvalho*.

O ajudante de escrivão, interino, *José Santos*.

(42)